

LABIRINTOS DA MEMÓRIA

Uma análise sobre fato e ficção na história de Mato Grosso do Sul

Ricardo Souza da Silva *

Resumo: A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, decidida pelo governo do General Ernesto Geisel, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos e atônitos, pois, mesmo constituindo uma antiga aspiração das elites “sulistas”, há muito tempo a questão andava esquecida. Ao tomarem ciência da possibilidade concreta da divisão, inicialmente procuraram intervir no processo de montagem do novo aparelho de Estado. No momento seguinte, voltaram suas preocupações para a construção de uma memória para a nova unidade da federação. O presente trabalho estuda o processo de construção, as características dessa memória e a utilização de ficção em detrimento ao fato histórico, por meio de uma leitura contrapontual em trabalhos dos seus principais expoentes.

Palavras-chave: Mato Grosso do Sul, História, Memória

Abstract: The creation of Southern Mato Grosso State, decided by the government of General Ernesto Geisel left the dominant segments of the local society in state of euphoria and amazed, because, even being an old wish of the "southern" elites, such subject had been forgotten for a long time. When they were aware on the concrete possibility of a separation of the state, they initially tried to intervene in the assembly process of the new State. Lately, they went back to their concerns of the construction of a memory for the new unit of the federation. The present work studies the process of construction, the characteristics of those memories and the use of fiction rather than the historical fact, through a contrapontual reading in the works of some of their main exponents.

Keywords: Southern Mato Grosso, History, Memory

O objetivo do presente estudo consistiu em investigar a memória historiográfica que foi elaborada sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, logo após a sua inusitada criação, em 1977. A necessidade da análise ocorreu ao se constatar que boa parte dos elementos constitutivos da memória coletiva da sociedade local foi disseminada por intermédio do seu discurso mítico e ufanista. Além disso, seus autores conseguiram construir um referencial historiográfico que se mostrou influente no meio social local, inclusive, no ambiente acadêmico.

Seu surgimento ocorreu no momento em que o Governo Federal, dirigido à época pelo General Ernesto Geisel, anunciou sua decisão de dividir o Estado de Mato Grosso e criar Mato Grosso do Sul. Esse fato ocorreu num momento em que parte efetivamente significativa das elites sulistas não mais estava mobilizada em torno daquela idéia. Com isso, abriu-se um

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados.

espaço para a construção, às pressas, de um discurso histórico simplesmente capaz de dar conta do fato, já consumado, da criação do novo Estado (QUEIROZ:22).

Dessa forma, a partir de 1978, um verdadeiro *surto* memorialístico tomou corpo com a publicação de diversas obras que constituíram, em pouco tempo, uma influente historiografia. Nos primeiros anos do novo Estado, seu discurso se impôs sobre outras referências emergindo como fonte de estudo sobre o passado local para diversos setores da sociedade, sobretudo, os das áreas de educação, comunicação, jornalismo, militarismo e política. Serviu, ainda, de suporte para a elaboração de músicas, hinos, poesias, livros didáticos, concursos públicos e como guia para propagandas privadas e governamentais locais.

Elaborada por jornalistas, advogados, professores, lingüistas, engenheiros, pecuaristas, profissionais liberais, literários, entre outros membros dos setores dominantes da sociedade local, ou com eles identificados, a referida historiografia contou com diversos expoentes dentre os quais é possível relacionar: Demóstenes Martins, J. Barbosa Rodrigues, Hidelbrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães, Hélio Serejo, Paulo Coelho Machado, Lélia Rita Euterpe de Figueiredo Ribeiro, Augusto César de Proença, Abílio Leite de Barros e Renato Alves Ribeiro. A maioria aglutinada em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades organizadas com inspiração nas academias ilustradas criadas no Brasil a partir de 1824, produtores da memória *par excellence*.

A memória a que se refere, diz respeito à construção discursiva e objetiva de um passado desejado, exaltado, cultuado e desprovido de contradições. Não raro, é utilizada como suporte para justificar posturas e posições, principalmente, àquelas relacionadas à primazia de mando, além de possuir um caráter instrumental e servil, tanto na sua relação com a construção identitária, como na legitimação de opções políticas, sobretudo, na perpetuação de certa memória elitista e excludente. Não constituem uma visão distanciada e racionalizada do passado, não visam conhecê-lo, mas sacralizá-lo, cultuá-lo e, em alguns casos, apaziguá-lo (ZORZATO, 1998: 149). Como por exemplo, na apresentação do livro *Histórias da terra mato-grossense*, de autoria do jornalista/empresário J. Barbosa Rodrigues:

Este livro relata feitos heróicos de homens e mulheres durante o período de devassamento e povoação de vasta região do Centro Oeste Brasileiro. [...]. Os seus personagens são heróis do sertão, por isso nem sempre são lembrados na cidade. Mas foram eles que abriram caminho para que as cidades existam. [...] Estes são os meus heróis e devem ser tidos como heróis por todos os de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (RODRIGUES,1983:7).

De modo geral, o memorialismo relega a análise e o entendimento da dinâmica da sociedade que se formou em determinados lugares e momentos, substituindo-as por *explicações engenhosas*, algumas, baseadas em ações previamente planejadas pelos próprios personagens históricos, como se os mesmos conhecessem seu próprio porvir. Ao memorialista, assim como ao historiador, é possível o conhecimento do futuro de um determinado passado, mas a quem o viveu, não. Não resistir a essa tentação é cair no anacronismo, “o pior pecado do historiador” (HOBSBAWM,1998:248). O anacronismo cria condições que permitem, entre outros desvios, a representação ficcional dos processos históricos, mascarando a realidade histórica e remetendo-a ao universo fabuloso do mito. Mais uma vez uma narrativa de J. Barbosa Rodrigues servirá de exemplo. Na sua obra *História de Mato Grosso do Sul*, o jornalista visualiza o mito fundador de Mato Grosso do Sul em um episódio da Guerra do Paraguai, conhecido como Retirada da Laguna, ocorrido em 1867:

Doentes, maltrapilhos, esfomeados, acossados pelo inimigo que atava fogo às macegas, os retirantes de Laguna, sem que o pressentissem, estavam lançando as bases de um novo período histórico para uma região onde, em futuro não muito distante, brilharia para uma nova estrela no firmamento brasileiro: o Estado de Mato Grosso do Sul (RODRIGUES,1984:88).

A investigação foi procedida utilizando-se apenas obras de maior relevo e influência, uma vez que no conjunto os discursos se assemelham, quando não se repetem. Além disso, todo historiador trabalha necessariamente baseado em prova incompleta. Dessa forma, por meio de uma leitura contrapontual em alguns trabalhos, buscou-se entender a lógica e as premissas da historiografia memorialista sul-mato-grossense, além de identificar os momentos em que foram utilizados o artifício da ficção em detrimento ao fato histórico. A leitura contrapontual diz respeito ao caminho apontado por Walter Benjamin, que consiste em *escovar a história em contrapelo*, buscando descobrir, mediante uma análise crítica e dialética, seus significados e objetivos mais profundos e essenciais (BENJAMIN,1994:224). Sugere, ainda, que um discurso deve ser analisado de modo que não se veja nele apenas o que foi tratado, mas também o que foi excluído e porque (ZORZATO,1998:25).

A divisão de Mato Grosso obedeceu à lógica da política brasileira sob a liderança dos militares, a partir do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Tudo leva a crer que a divisão foi motivada por razões de ordem geopolítica e interesses políticos mais imediatos (BITTAR,1977:126). Os discursos proferidos pelo ministro Rangel Reis e pelo Presidente Geisel, no ato de Sanção da Lei Complementar nº 31, que criou o Mato Grosso do Sul, apontam nesse sentido. Segundo Rangel Reis:

[...] Três foram as diretrizes fundamentais fixadas por Vossa Excelência para dar-se início de forma cuidadosa e progressiva ao processo de redivisão territorial do país. A primeira, a elaboração de legislação básica, dispondo sobre a criação de estados e territórios, medida consubstanciada na Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. A segunda, corporificada no capítulo 2º da referida Lei, deu origem à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, uma medida concretizada e em plena consolidação. A terceira foi a recomendação de Vossa Excelência no sentido de se proceder, aos necessários estudos, objetivando a divisão do Estado de Mato Grosso. [...]. Completa-se assim o ciclo das medidas recomendadas por Vossa Excelência para execução em seu governo no que se refere à redivisão territorial (RODRIGUES, 1978:115).

O Presidente da República, por sua vez, limitou-se praticamente a reforçar as palavras do ministro, no que diz respeito aos objetivos do seu governo:

[...] Foi preocupação do meu governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do País. Considero isso uma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma disposição geográfica; decorrente também do desenvolvimento do País e sobretudo da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente igualmente de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação nos dias de amanhã. (RODRIGUES, 1978:119).

Independente de qualquer coisa, a criação de Mato Grosso do sul foi decidida pelo alto escalão do Governo Federal. Esse ucasse deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos e atônitos, pois, mesmo constituindo uma antiga aspiração de parte das elites sulistas, há muito tempo a questão estava entregue ao esquecimento. Até a divulgação oficial não havia nenhum segmento da sociedade sul-mato-grossense mobilizada em torno dessa idéia. Até a Liga Divisionista criada para dirigir a luta pela divisão, encontrava-se desativada.

Contudo, ao tomarem ciência, procuraram intervir no processo em defesa de seus interesses. O grupo mais articulado e próximo aos meandros do poder federal era o liderado pelo pecuarista e político Paulo Coelho Machado. Político. Representante ilustrado dos proprietários rurais da região, no processo da divisão atuou, segundo suas próprias palavras, especialmente nos bastidores do poder (MACHADO,1984:6). Também articulou a retirada, às pressas, da antiga Liga Divisionista da *hibernação*, a qual foi reativada em 25 de março de 1977, numa assembléia restrita a convidados. Não poderia ter sido diferente, o chamado *movimento divisionista* sempre constituiu uma demanda vinculada às elites políticas e econômicas do sul de Mato Grosso. Nunca teve regularidade, aparecia e desaparecia, aquecia e arrefecia conforme as disputas e conveniências políticas dos grupos envolvidos.

Com a criação do Estado, mesmo desarticulado o movimento foi transformado pelos memorialistas em principal protagonista. A divisão, por sua vez, passou a significar o coroamento de um processo secular. Entretanto, representaram, na realidade, ocorrências

esporádicas com características dessemelhantes e com sentidos, interesses e projetos completamente distintos. Pode-se até dizer que nunca houve um movimento divisionista propriamente dito, mas, proposições divisionistas e separatistas, esparçadamente deflagradas ao longo do século XX. Sob o ponto de vista memorialístico, contudo, o divisionismo mato-grossense perde suas nuances e ganha contorno único e linear (QUEIROZ:22).

Até mesmo em alguns acontecimentos corriqueiramente proclamados como lutas divisionistas, percebe-se que a idéia, no sentido restrito de transformar Mato Grosso em dois estados, simplesmente não estava colocada na ordem do dia. Durante os embates de 1892, Como por exemplo, a dinâmica do confronto intracoronéis, de um lado as tropas de Antônio Maria Coelho de outro as de Generoso Ponce, levou à idéia de separar Mato Grosso do Brasil e transformá-lo na República Transatlântica ou Estado Livre de Mato Grosso. A idéia não era dividir Mato Grosso em dois estados, mas, transformá-lo em um outro país (BITTAR, 1977: 58-59). Hidelbrando Campestrini, no entanto, concebe este acontecimento como o embrião do Mato Grosso do Sul (CAMPESTRINI & GUIMARÃES,1991:139).

Até mesmo toda sorte de diferenciações naturais e culturais entre o norte e o sul de Mato Grosso, são apontadas como causa para a divisão. Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães chegam a enumerar particularidades sociais, paisagísticas e de povoamento, para afirmarem que apenas se separou o que já era por natureza dividido:

Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual: norte e sul - por diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais.

O sul é formado basicamente pelo planalto da serra de Maracaju (de terras, topografia e clima propícios à agricultura) e pelas planícies da Vacaria e do rio Paraguai (principalmente o Pantanal), excelentes para a pecuária. O norte é mais planalto e mais bacia amazônica, bem diferente do sul, principalmente no clima.

O norte foi povoado, durante os primeiros séculos de ocupação, por aventureiros em busca de riquezas, sem interesse no povoamento, tanto que, com o decréscimo da produção do ouro, a população diminuiu. O sul baseou-se na pecuária extensiva que fixou o homem à terra, beneficiado ainda pela chegada de numerosas levas de imigrantes determinados a fazer riqueza com a pecuária e com a agricultura (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991:140).

Porém, pior que alterar vestígios e criar dilemas é utilizar o expediente da invenção. Invenção na história é o mesmo que charlatanismo na medicina. É o caso da versão segundo a qual, em 1932, teria ocorrido uma suposta divisão de Mato Grosso e a constituição de uma nova unidade da federação de nome “Estado de Maracaju”. Para alguns memorialistas sul-mato-grossenses este acontecimento representou o primeiro Mato Grosso do Sul, mesmo que nenhuma documentação histórica aponte neste sentido.

Não se identificou, precisamente, quem elaborou esta fábula, mas é possível apontar que o professor Hidelbrando Campestrini a divulga com certa regularidade. Em pelo menos dois de seus livros, o espectro do Estado de Maracaju adquire contornos de existência real. Em ambos, aparece inserido no contexto dos acontecimentos em torno da chamada Revolução Constitucionalista de 1932. No *Santana do Paranaíba* (CAMPESTRINI, 2002:176), o autor além de ser reafirmar o Estado de Maracaju, indica que a Revolução Constitucionalista de 1932 teria iniciado na cidade de Campo Grande. Uma afirmação que ilustra que no ambiente memorialístico não há mesmo limites para a imaginação. Na obra *História de Mato Grosso do Sul*, escrita em parceria com o engenheiro Acyr Vaz Guimarães, o “Estado de Maracaju” é descrito nos seguintes termos:

No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o general Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Martins para governador da nova unidade - o Estado de Maracaju. O governo foi instalado, em Campo Grande, no dia 11 de julho de 1932, no prédio hoje da maçonaria [...], durante oitenta e dois dias. Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação (CAMPESTRINI & GUIMARÃES, 1991:127).

Mesmo não constituindo unanimidade entre memorialistas sul-mato-grossenses, esta “versão fantasiosa” de tanto que foi reproduzida ganhou estatuto de verdade. No ano de 2003, o *Estado de Maracaju* figurou em uma das questões do concurso público organizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por intermédio da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEC), para a seleção de *Oficial Masculino do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul*. Também se faz presente nos conteúdos de livros didáticos, como no *Conhecendo Mato Grosso do Sul*, de autoria da técnica do Núcleo de Currículos da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, Gilda Cristina Falleiros Mendes. Neste livro, amplamente utilizado pelas escolas das redes pública e privada de todo o Estado, na educação de alunos das séries iniciais do ensino fundamental, encontra-se o seguinte ensinamento:

Em 1932, na Revolução Constitucionalista, quando São Paulo entrou em conflito com o Governo Federal, os sul-mato-grossenses aliaram-se aos paulistas e criaram o estado de Maracaju, na região sul. O estado de Maracaju foi governado pelo então prefeito de Campo Grande, Dr. Vespasiano Martins. Era um governo declaradamente separatista e durou 82 dias. O insucesso dessa tentativa deu origem à Liga Sul-Mato-Grossense. O objetivo da Liga era conseguir o apoio da sociedade e dos políticos à causa separatista (MENDES, 1997:34).

Ao analisar os documentos relacionados aos acontecimentos ocorridos no sul de Mato Grosso durante a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, observa-se que não há indícios que comprovem a ocorrência da criação de um suposto Estado de Maracaju. Ocorreu,

na realidade, a tentativa de organizar um governo paralelo ao oficialmente instituído em Cuiabá. A documentação comprobatória é vasta, dois documentos, porém, são bastante elucidadores. Um diz respeito à publicação, em 28 de julho de 1932, no então Diário Oficial do governo rebelde, de um Decreto versando sobre diversas questões financeiras. Em nenhum fragmento se vê qualquer menção a existência de um possível “Estado de Maracaju”:

Diário Oficial - República dos Estados Unidos do Brasil - Ano 1 - Estado de Mato Grosso - Campo Grande, 28 de julho de 1932. Nº 01 - **Governo do Estado de Mato Grosso**. Decreto nº 03. O Dr. Vespaziano Barbosa Martins, Governador do Estado de Mato Grosso decreta:

Art. 1.º - Fica criada, nesta cidade, sede provisória do Governo, uma secção do Tesouro do Estado, para atender aos serviços da Fazenda, até a normalização da Administração Pública. Art. 2.º - A secção do Tesouro funcionará no edifício da Municipalidade tendo um inspetor, que será o Tesoureiro do Município; um Secretário; um Tesoureiro e anuenses precisos, tirados entre o funcionalismo municipal. Art. 3.º - A escrituração será feita em livros especiais, forma do Regulamento e demais leis em vigor. Art. 4.º A secção do Tesouro fica subordinada às coletorias, Mesas de Renda de Corumbá e Delegacia do Norte. Art. 5.º - Ficam suspensos os pagamentos no tesouro em Cuiabá, conforme a ordem de 13 do corrente mês de julho e nas coletorias, Mesa de Renda e Delegacia do Norte, tudo subordinado a esta secção. Art. 6.º A gratificação dos funcionários será fixada no Regulamento complementar desse Decreto. Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário. Sede provisória do Governo do Estado, em Campo Grande, 26 de julho de 1932. (aa) Dr. Vespaziano, Governador do Estado, Arlindo de Andrade Gomes, Secretário Geral Interino (In: BITTAR, 1977:47).

O outro documento refere-se a um pronunciamento efetuado pelo mais importante protagonista do evento, o médico Vespaziano Martins:

Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio Grande e Minas pela volta ao País do regime da Lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras ao nosso lado, e caminhando pela estrada larga da liberdade. a. Vespasiano Martins. Interventor Federal. (In: BITTAR, 1977:129).

Sobre a escrita da história, Eric Hobsbawm lembra que “o ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe que dele possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são” (HOBSBAWM,1998:8). Nestes termos, o Estado de Maracaju está muito mais próximo da ficção do que do fato histórico. Tais idéias, insistentemente divulgadas junto à sociedade, colaboram para a sua transformação em um fato supostamente “real” que, projetado no inconsciente coletivo, materializa-se como arquétipo mítico.

A historiografia memorialística, que se formou em Mato Grosso do Sul, reproduziu as premissas da chamada “história oficial” do país, elaboradas no seio do IHGB e consolidadas pela denominada historiografia tradicional brasileira. São premissas em que o passado não é problematizado, mas mitificado. Tempo, espaço e personagens são manipulados para representarem aquilo que se deseja lembrar e rememorar.

Um estudo como este propicia trilhar diversos caminhos. Proporciona ao pesquisador a possibilidade de apontar inúmeras demandas suscitadas pela História. No caso específico de Mato Grosso do Sul, talvez seja alertar para a extrema necessidade de se contribuir para a desmitificação da sua história. Retirá-la da unilateralidade do altar sagrado do consenso e da exaltação, onde se encontra, haja vista que o passado da sociedade humana é marcado, principalmente, pela dinâmica ostensiva da contradição. Elidir a contradição da história é negar o seu entendimento, é enveredar nos labirintos da memória...

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed./10ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1977. 540 p. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP.
- CAMPESTRINI, Hidélbrando ; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. 194 p.
- CAMPESTRINI, Hidélbrando. *Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002*. 2ª ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. 239 p.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*, Tradução de Cid Knipel Moreira. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.
- MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. *Executivo Plus*. Campo Grande, abr. 1984.
- MENDES, Gilda Cristina Falleiros. *Conhecendo Mato Grosso do Sul: conhecimentos históricos e geográficos*. São Paulo: Ática, 1997. 103 p.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense*. (não publicado).
- RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Edição do Autor, 1978. 139 p.
- RODRIGUES, J. Barbosa. *Histórias da terra matogrossense*. São Paulo: Ed. do Escritor, 1983. 115 p.
- RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Ed. do Escritor, 1984. 185 p.
- RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Edição do Autor, 1978. 139 p.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Apoio à Pesquisa. *Concurso público para seleção de Oficial Masculino do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, 2003*.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP. São Paulo.